

2

FUNDAMENTOS DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA*

*Anselmo Alencar Colares
José Claudinei Lombardi*

Introdução

Este texto foi originalmente elaborado para as aulas dos autores na disciplina de pós-graduação e curso de extensão *Pedagogia Histórico-Crítica e Prática Transformadora*. A aula de José Claudinei Lombardi ocorreu no dia 08 de outubro de 2020, tendo por título “Discussão acerca da fundamentação marxista da Pedagogia Histórico-Crítica”¹; a aula de Anselmo A. Colares foi ministrada na semana seguinte, 15 de outubro de 2020, e compartilhada com o professor doutor Cláudio Eduardo Félix dos Santos, e abordou o tema dos “Fundamentos Filosóficos e Históricos da Pedagogia Histórico-Crítica”². As aulas foram transmitidas ao vivo para os alunos matriculados nas disciplinas e para os participantes inscritos no curso de extensão pelo canal do Histedbr no YouTube e as gravações continuam disponíveis para acesso³. A coincidência da abordagem realizada nas aulas pelos autores, no que diz respeito aos fundamentos marxistas da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) levou-nos a fundir o conteúdo das exposições, apresentando um único texto escrito.

Na ocasião, inicialmente expressamos os sentimentos pelas vidas ceifadas pela Pandemia, cujo agravamento resultou do negacionismo científico dominante no âmbito do governo federal, tendo à frente o chefe do executivo, a quem caberia a responsabilidade de liderar um amplo e consistente enfrentamento da crise sanitária, mobilizando todos meios para o atendimento dos que fossem contagiados e, concomitantemente, participar

*DOI – 10.29388/978-65-86678-91-8-0-f.39-64

¹ Link com as informações, apresentação e referências da aula: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/agenda/cursos/8378/8361>

² O link da aula é <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/agenda/cursos/8378/8362>

³ O Canal do Histedbr no YouTube pode ser acessado pelo link <https://www.youtube.com/c/histedbroficial> e as aulas são facilmente localizadas no canal.

dos esforços de vários países no desenvolvimento de vacinas e, posteriormente, sua aplicação de forma rápida e generalizada.

A situação concreta no Brasil, todavia, mostrou uma conjuntura de crise sanitária e política e que ocorre simultaneamente à profunda crise estrutural do modo de produção capitalista, que ainda se mantém dominante e em expansão, apesar dos evidentes sinais de esgotamento que o levam a buscar sobrevida na intensificação de suas formas constitutivas, tendo por base a propriedade privada, como meio o consumo e como fim a desenfreada acumulação de capital. Com o “deus-mercado” a regular as relações de produção, distribuição e consumo, ocultado sob a forma de capital financeiro, volátil, destruidor dos laços frágeis de solidariedade. A pandemia amplificou as nossas mazelas sociais e, dado o ambiente interno de confronto político no país, gerou ainda mais problemas. No campo educacional, as aulas remotas se tornaram praticamente a única saída, porém, sem que fossem tomadas as providências, por meio de políticas públicas, para que todos os participantes da educação escolar (a escola, seus professores e alunos), pudessem, minimamente, considerar o direito educacional para o conjunto da população, em especial para os segmentos marginalizados, excluídos, notadamente o expressivo contingente de excluídos do acesso à internet, de criar em suas casas condições para participar das aulas e atividades programadas pelas redes educacionais e pelas escolas.

Ao contrário de garantir acesso às atividades remotas, com a pandemia ficaram em maior evidência os históricos problemas educacionais das redes públicas de ensino do Brasil, notadamente as disparidades entre as regiões, bem como entre as classes e frações de classe. Essas disparidades se apresentam tanto no fazer pedagógico, quanto nos conteúdos e nas condições adequadas para a sua realização. Problemas para os quais se buscam as respostas na reflexão filosófica e histórica, tendo em vista a necessidade de compreensão da sociedade concreta, dos indivíduos singulares sínteses de relações sociais. Portanto, a compreensão crítica que se coloca de maneira contra hegemônica ao que está posto. E isso exige resistência ativa, combate ao negacionismo científico e ao obscurantismo de qualquer tipo. Para tanto, entendemos que uma das ferramentas que dispomos é a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), daí porque se faz necessário sua compreensão qualificada, desde as suas bases, os seus fundamentos, até sua prática social, de forma concomitante, na inter-relação entre teoria e prática.

Ao abordar os fundamentos da PHC tem-se a compreensão de que não apenas abrangem dimensões históricas, filosóficas, antropológicas, psicológicas, mas que nos reportam à totalidade histórico-social. Foi a divisão temática para a organização do programa, realizada por razões didáticas, que fizeram com que as exposições fossem centradas em uma dimensão mais específica da estrutura social. Todavia, temos a clareza de que não estamos lidando com questões estanques, isoladas, que possam ser tratadas sem a compreensão conjunta, sem o entendimento de totalidade. E isso requer a leitura das obras clássicas, sendo esse curso uma oportunidade ímpar de ter a orientação sobre o que ler, e a possibilidade de interagir com quem já realizou as leituras.

Ampliar a compreensão e o aprofundamento da PHC é tarefa coletiva, permanente, e que coloca-se na perspectiva das lutas contra hegemônicas, na qual a educação a função de contribuir com a formação dos filhos da classe trabalhadora para a necessária transformação revolucionária das estruturas societárias, imperativo urgente enquanto estivermos sob a vigência do modo de produção capitalista e da concepção neoliberal (ou ultraneoliberal) que o sustenta, na qual a orientação oficial para a educação escolar tem correspondência com os interesses da classe e frações de classe dominantes.

Notas sobre os fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica

Saviani é claro quanto aos Fundamentos da PHC, registrando que foi com base em Marx, Engels, Lênin e Gramsci e seus intérpretes no campo da educação que estruturou uma teoria crítica de caráter dialético, articuladora da relação entre educação e suas determinações sociais tendo em vista a transformação da sociedade na perspectiva da classe trabalhadora. Saviani (2012b, p. 81) assim explica essa vinculação:

[...] penso que a tarefa da construção de uma pedagogia inspirada no marxismo implica a apreensão da concepção de fundo (de ordem ontológica, epistemológica e metodológica) que caracteriza o materialismo histórico. Imbuído dessa concepção, trata-se de penetrar no interior dos processos pedagógicos, reconstruindo suas características objetivas e formulando as diretrizes pedagógicas que possibilitarão a reorganização do trabalho educativo sob os aspectos das finalidades e objetivos da educação, das instituições formadoras, dos agentes educativos, dos conteúdos curriculares e dos

procedimentos pedagógico-didáticos que movimentarão um novo ethos educativo voltado à construção de uma nova sociedade, uma nova cultura, um novo homem.

Fundamentar a PHC como uma pedagogia marxista, fundamentada em Marx, Engels, Lenin e Gramsci, é colocada nos seguintes termos:

A fundamentação teórica da pedagogia histórico-crítica nos aspectos filosóficos, históricos, econômicos e político-sociais propõe-se explicitamente a seguir as trilhas abertas pelas agudas investigações desenvolvidas por Marx sobre as condições históricas de produção da existência humana que resultaram na forma da sociedade atual dominada pelo capital. É, pois, no espírito de suas investigações que essa proposta pedagógica se inspira. Frise-se: é de inspiração que se trata e não de extrair dos clássicos do marxismo uma teoria pedagógica. Pois, como se sabe, nem Marx, nem Engels, Lênin ou Gramsci desenvolveram teoria pedagógica em sentido próprio. Assim, quando esses autores são citados, o que está em causa não é a transposição de seus textos para a pedagogia e, nem mesmo, a aplicação de suas análises ao contexto pedagógico. Aquilo que está em causa é a elaboração de uma concepção pedagógica em consonância com a concepção de mundo e de homem própria do materialismo histórico (SAVIANI, 2007, p. 420).

Não esquecer, entretanto, que os clássicos do marxismo não desenvolveram uma teoria pedagógica, mas deram indicativas para esta, cabe a PHC fazer a elaboração de uma concepção pedagógica com raízes fincadas na concepção de mundo, de homem e de conhecimento próprio do materialismo histórico.

Tomando d'A *Ideologia Alemã* o entendimento do homem como um ser que produz sua existência, também se produzindo como um ser social, importante lembrar que Saviani entende que “o trabalho educativo é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 1995, p. 17).

Já no nome a Pedagogia Histórico-Crítica traz referência explícita à história. Mesmo não trazendo na denominação constituir-se numa Pedagogia Marxista, é preciso reconhecer que se assenta nos princípios do materialismo histórico dialético de Marx e Engels. Portanto, não se trata de história como sinônimo de fato ou relato, que conhecemos desde os

primeiros anos de escolaridade, e sim da história decorrente das formas que, por meio do trabalho, homens e mulheres se relacionam com a natureza e entre si, para garantir a sobrevivência da espécie humana.

Não vamos aqui discorrer sobre as várias épocas, as fases ou etapas da história e sobre os problemas da periodização e nem tampouco acerca das elaborações teóricas e metodológicas que as sustentam. Acompanhem, todavia, essa observação feita pelo professor Saviani:

Em visão retrospectiva, é possível constatar que a história só se pôs como um problema para o homem, isto é, só emergiu como algo que necessitava ser compreendido e explicado, a partir da época moderna. A razão disso é relativamente simples. Enquanto os homens garantiam a própria existência no âmbito das condições predominantemente naturais, relacionando-se com a natureza através da categoria da “providência”, o que implicava o entendimento de que o meio natural lhes fornecia os elementos básicos da subsistência - os quais eram apropriados em estado bruto, exigindo, quando muito, processos rudimentares de transformação que, por isso mesmo, resultavam em formas de vida sociais estáveis sintonizadas com uma visão cíclica do tempo -, não se punha a necessidade de se compreender a razão, o sentido e a finalidade das transformações que se processam no tempo, isto é, não se colocava o problema da história. (SAVIANI, 2013, p. 1)

Saviani prossegue, nesse trecho que está no capítulo 1 do livro *Aberturas para a História da Educação*, observando que

A ruptura com as formas de vida apontadas que prevaleceram até a Idade Média, dá origem à época moderna. Nesta, as condições de produção da existência humana passam a ser predominantemente sociais, isto é, produzidas pelos próprios homens. A natureza passa assim a ser entendida como matéria-prima das transformações que os homens operam no tempo. E a visão do tempo deixa de ser cíclica, caracterizando-se agora por uma linha progressiva que se projeta para frente, ligando o passado ao futuro por meio do presente. Surge aí a questão de se compreender a causa, o significado e a direção das transformações. A história emerge, pois, como um problema não apenas prático, mas também teórico. O homem, além de se constituir em um ser histórico, busca agora se apropriar de sua historicidade.

Além de fazer história, aspira tornar-se consciente de sua identidade. (SAVIANI, 2013, p. 2).

Todo um conjunto de reflexões sobre a história se desenvolveu a partir do século XVII, avançando com Descartes e Kant, e atingindo sua grande expressão teórica, no século XIX, com Hegel, do qual derivam duas correntes que passaram a se polarizar: o positivismo, de Comte, e o materialismo histórico, de Marx e Engels. Sobre aquela base se edificou a Ciência da História (no sentido que essa palavra adquiriu na modernidade) e em Marx, fundamentalmente, encontramos os alicerces mais consistentes para os estudos históricos, dos quais Saviani extrai as bases para a construção da Pedagogia Histórico-Crítica.

Se quisermos entender os fundamentos dessa pedagogia, precisamos fazer o mesmo caminho, não necessariamente no sentido de regressão, mas o da busca retrospectiva que permita identificar o ponto em que nos encontramos, o longo caminho ainda a ser percorrido, e como percorrê-lo com segurança e firmeza, sem nos desviarmos nas trilhas enganosas e sem perdermos de vista a utopia que nos move quanto a construção de uma sociedade que supere as mazelas oriundas da divisão de classes e da propriedade privada dos meios de produção.

Então, tendo a Pedagogia Histórico-Crítica seus fundamentos históricos no materialismo histórico dialético, é importante verificarmos qual a concepção de história em Marx e Engels. Importa lembrar que Marx não foi um historiador de formação acadêmica, porém demonstrou genialidade ao compreender a ação do tempo passado e presente e em colocar a história no cerne das reflexões sobre a sociedade de então e em vislumbrar outra possibilidade para além daquela concretizada pela burguesia e apresentada como o ápice do “progresso” humano.

Os resultados a que Marx chegou não decorreram apenas de estudos teóricos, mas da observação atenta da realidade tal como se apresentava em sua época. O problema central que estava colocado em suas pesquisas era a gênese, o desenvolvimento e o devir da sociedade burguesa, buscando, com isso, uma análise do movimento real da história.

A conjuntura de sua época foi em um contexto de mudanças expressivas. Fazia cerca de meio século que a Revolução Industrial havia explodido na Europa e, apesar da Revolução Francesa, a burguesia ainda lutava contra os resquícios do feudalismo para consolidar a ordem do livre comércio. Por um lado, o processo de transformação econômica

proporcionou uma multiplicação até então desconhecida de forças produtivas, possibilitando uma acelerada acumulação de capital, com a produção de mercadorias em escala industrial; por outro lado, a miséria social se alastrava feito rastro de pólvora por todo o continente europeu, gerando grande revolta social do incipiente proletariado, além da miséria e marginalidade das massas camponesas excluídas do acesso à terra para a produção de sua subsistência.

Foi diante desse contexto de profunda transformação que as reflexões sobre a base material propiciaram uma compreensão crítica da realidade social, para além da aparência. A profundidade da análise de Karl Marx e Friedrich Engels não partiu do estudo teórico abstrato, da produção de gabinete descolada da realidade de sua época. Pelo contrário, foi fruto do engajamento nas lutas dos trabalhadores, com a vinculação da teoria à prática coletiva, na perspectiva da transformação intencional - colocando a indissociável relação entre teoria e prática, imbricadas em práxis.

Assim, inauguraram não uma ciência da história - que já existia antes - mas uma nova concepção de mundo e de conhecimento que, apesar dos ataques sofridos desde então, permanece até os dias de hoje como referência necessária para o pensamento e a ação emancipadora. Trata-se do Materialismo Histórico, que se tornou o fio condutor da vasta produção de Marx, culminando com a escrita de *O Capital*, demonstrando que são as relações de produção que fundamentam todo o desenvolvimento social.

É importante lembrar que na época de Marx e Engels a compreensão materialista já estava consolidada, em sentido amplo, de que tudo que existe é matéria, ou dela depende. A teoria materialista não foi criação de Marx e Engels. É uma das mais antigas e importantes tentativas de compreender e explicar a realidade, fincando suas raízes na Filosofia da Grécia antiga. Coube a Marx e Engels elaborar uma nova síntese e dar a ela originalidade e consistência, a partir das concepções anteriores entre as quais as duas mais relevantes foram a filosofia de Hegel e o materialismo dos séculos XVII e XVIII. Em outras palavras, na fonte do materialismo histórico e dialético estão presentes duas tradições opostas, porém, não absolutamente excludentes, presentes tanto na Filosofia, como na ciência.

A dialética, enquanto elemento da natureza, não foi criada ou inventada por Marx, é algo que existe de forma objetiva, independentemente do sujeito. Todavia, embora seja possível falar de uma dialética da natureza, ela se torna mais completa e complexa

com o ser humano, uma vez que é na interação homem-natureza que se constrói o conhecimento. Como observa Lefebvre (1979, p.21-22) “só existe dialética (análise dialética, exposição ou síntese) se existir movimento; e [...] só há movimento se existir processo histórico: história. Tanto faz ser a história de um ser da natureza, do ser humano (social), do conhecimento!”

Na perspectiva materialista histórica e dialética de Marx e Engels, o universo e tudo o que nele há tem existência material, concreta, e pode ser racionalmente conhecido. Por conseguinte, o conhecimento, produzido objetivamente pelo sujeito, deve ter como meta a reprodução do real, em suas múltiplas determinações. Mas para que isto seja alcançado é preciso ultrapassar o nível da aparência, da superfície imediata das coisas e atingir a essência. Essa é uma tarefa complexa, porque a realidade se apresenta como um todo caótico, sendo que por meio da abstração é possível analisar as partes, reconstruindo o concreto real que está na base de todo o conhecimento. Faz-se necessário partir do dado empírico, factual, e buscar entender os processos presentes nos fenômenos estudados. Isso significa que inevitavelmente o sujeito está autoimplicado no objeto. (COLARES, ARRUDA e COLARES, 2021, p. 5.

Em obras como o *Manifesto Comunista* e *A ideologia Alemã*, Marx e Engels esboçaram a teoria de que o desenvolvimento das forças produtivas se dá dentro de um sistema determinado de relações de produção (escravismo, feudalismo, capitalismo). A questão é que as relações de produção se tornam, em um determinado momento, entrave para o contínuo desenvolvimento das forças produtivas. É quando se abre uma época revolucionária, na qual a disputa entre as classes antagônicas da sociedade faz emergir uma nova forma de estrutura socioeconômica, um novo modo de produção da vida material, social e espiritual.

Com base na exposição apresentada na obra *A ideologia alemã*, podemos assim resumir: 1) A produção dos meios que permitam satisfazer as necessidades humanas é condição básica e indispensável para a existência do homem e de tudo o que ele possa criar; 2) A ação de satisfazer a necessidade inicial e o instrumento utilizado para tal conduzem a novas necessidades; 3) Os homens se reproduzem, o que também dá origem a novas necessidades, dentro de um quadro social; 4) Conseqüentemente, deve-se estudar e elaborar a história dos homens em estrita correlação com a história da indústria e das trocas (MARX e ENGELS, 2002).

Ao afirmar que a história é um longo processo de desenvolvimento de forças produtivas e relações de produção, Marx e Engels inverteram teoricamente a ênfase no pensamento, até então posta, colocando o trabalho como fator fundamental desse processo. Para entender a dialética das transformações, buscaram incessantemente desvendar as contradições existentes e que poderiam ser sintetizadas em uma desconfiança de que deveria haver algo podre em um sistema social que aumenta a riqueza de poucos e, concomitantemente, a miséria da maioria.

Nessa direção, destacaram que as concepções políticas, ideológicas e filosóficas só possuem significação se analisadas a partir da produção material e dos conflitos entre os diferentes interesses das classes sociais. Supor que elas possam ser consideradas independentemente da história seria, para Marx e Engels, um erro, uma vez que a produção das ideias está diretamente ligada à atividade material, à vida real. Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. Assim, a existência de seres humanos vivos, reais, produzindo sua existência é condição para que aconteça a história. O que os seres humanos produzem e como produzem implicam no que são ou que se tornam. A sociedade produz o homem, mas também é produzida por ele. Assim, a consciência não passa de abstração da vida real, sendo produto da atividade humana. Em uma síntese lapidar, afirmam que não é a consciência que determina a vida, mas a vida que, sob condições sociais reais, produz a consciência. (MARX e ENGELS, 2007, p. 87-94). Isso implica em pressupor que a educação, como demais aspectos da vida material, também a **educação é condicionada, em última instância, pelo modo de produção da vida material**, com toda a teia de relações aí implicadas, entre as quais as relações de produção e as forças produtivas são fundamentais para apreender o modo como os homens vivem, pensam e transmitem as ideias e os conhecimentos que têm sobre a vida e sobre a realidade natural e social (Lombardi, 2010, p. 15-16). Compreender o modo de produção da própria existência humana, como base e fundamento da história, é tarefa inadiável a educadores que almejam lutar pela transformação social e, para tanto, buscam fundamentar-se na PHC. Saviani explica que:

[...] ao definir a educação como “o ato de produzir, ativa e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”, essa teoria pedagógica está se reportando explicitamente ao conceito de “modo de produção”, pois entende que do modo como os homens produzem sua existência deriva o modo como se produz a educação. (Saviani, 2013, p. 111)

Com relação às elaborações conceituais e a compreensão da história por Marx e Engels, estas foram sendo desenvolvida ao longo dos estudos e análises da realidade material, concreta, e podem ser encontrada no conjunto da vasta obra de Marx e de Engels, nas quais foram colocando simultaneamente as bases teóricas de entendimento crítico do modo de produção capitalista e dos princípios do Materialismo Histórico Dialético e que fundamentam a Pedagogia Histórico-Crítica, formulada por Demerval Saviani. Conhecer e compreender o teor das obras desses autores, é essencial para o entendimento da proposta contra hegemônica da Pedagogia Histórico-Crítica. Quanto a esta teoria pedagógica, não pode ser reduzida ou vista como “receita para dar aulas”, como um manual contendo as respostas para as nossas angústias imediatas, mas é fundamental compreender que “a transformação a que se propõe a Pedagogia Histórico-Crítica diz respeito à articulação entre educação e sociedade” e que esta “objetiva a identificação dos problemas postos pela prática social” (ORSO, 2020, p. 49) sendo, portanto, a educação entendida como uma mediadora do movimento histórico da luta por transformações mais amplas.

As leituras das obras que fundamentam a PHC são imprescindíveis para que possamos compreender seu caráter revolucionário e contra hegemônico. E também para dispor de argumentos contundentes contra os que fazem acusações vãs, como a de atribuir ao marxismo um determinismo econômico. Sobre esse aspecto, em particular, por ter sido polemizado logo após a publicação de *O Capital*, imediatamente gerou a reação de Engels:

[...] De acordo com a concepção materialista da história, o fator que *em última instância* determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu jamais afirmamos mais do que isto. Se alguém o tergiversa, fazendo do fator econômico o único determinante, converte essa tese numa frase vazia, abstrata, absurda. A

situação econômica é a base, mas os diversos fatores da superestrutura que se erguem sobre ela [...] exercem também sua influência sobre o curso das lutas históricas e determinam, em muitos casos predominantemente, a sua forma (ENGELS, 2010, p. 103-104).

Como explica Saviani (2009, p. 110) “[...] o conceito de modo de produção, tal como formulado e desenvolvido por Marx, não está circunscrito, como se tende a interpretar, à economia. É, antes, um conceito ontológico, pois diz respeito ao modo como é produzido o próprio ser dos homens”. Desta forma, a estrutura social, o modo pelo qual os seres humanos reproduzem a sua existência, está sempre mediada por uma determinada forma histórica de sociedade.

Não procede também a acusação de que há em Marx uma visão de história como possuidora de um padrão que, sendo compreendido, pode ser usado “no presente para prever e conformar o futuro”, como no historicismo apontado por Karl Popper, uma vez que “Marx era de opinião que a história em si não tinha nenhum significado além daquele que os homens, em seus vários estágios de desenvolvimento lhe conferem” (BOTTMORE, 2001, p. 179). O editor do *Dicionário do Pensamento Marxista* registra que “Engels tinha mais de historiador nato do que seu amigo e sentia-se atraído tanto pela análise histórica quanto pela teoria de como ela deveria ser feita” e “insistiu em que a economia política deveria ser tratada como uma ‘ciência histórica’, vez que lidava com um material em constante transformação” (idem, p. 179-180).

Feitas esses registros, é importante nos voltarmos um pouco mais à obra *O Capital*, um conjunto de 3 livros, apenas o primeiro deles publicado em 1867, ainda com Marx vivo, no qual discute o processo de produção do capital; o Livro 2 foi publicado em 1885 e trata do processo de circulação do capital e o Livro 3, publicado em 1894, ambos após a morte de Marx, e trata do processo global de produção capitalista. O subtítulo de *O Capital* é: “crítica da economia política”, carregando um triplo significado. Primeiro: corresponde a crítica da sociedade capitalista, onde as relações sociais são intermediadas por relações econômicas de troca de mercadorias, das quais Marx extraiu a Lei do Valor (ou seja, uma regra que ocorre com regularidade observável, inexorável ao fazer científico). Com a formulação, explicitação e sustentação fundamentada da teoria, ficou evidenciado que as relações sociais mercantis-capitalistas não são relações diretamente pessoais, fazendo com que a teoria do valor em Marx não se restrinja a uma

mera determinação quantitativa dos preços, mas, de maneira muito mais profunda, significa uma teoria da sociabilidade capitalista, onde as relações sociais estão reificadas pela sua submissão ao destino das mercadorias na circulação, conforme os desideratos do valor-capital. Segundo: significa uma crítica radical das teorias econômicas que haviam sido elaboradas até então, demonstrando a vinculação daquelas teorias aos interesses burgueses, colocando um véu sobre a realidade. Portanto, uma crítica de base materialista, e não apenas de idealista - especulativa, característica dos neohegelianos, contra os quais Marx e Engels já haviam apontado os limites nos escritos denominados *A Sagrada Família* (publicado em 1844) e *A Ideologia Alemã* que foi publicado postumamente e de forma parcial. A versão integral de *A Ideologia Alemã* chegou ao público em apenas em 1933. O terceiro significado do subtítulo de *O Capital*, ou seja, de “a crítica da economia política”

[...] é quanto ao tratamento “economicista” (como método) da economia (como objeto de estudo). Ou seja, já estava presente em Marx uma contraposição ao tratamento meramente “econômico” dos fatos sociais, como se estes pudessem ser separados e, a partir daí, subdivididos em sub-disciplinas científicas, a Economia, a Sociologia, a Filosofia, a História, etc. Essa herança positivista, que amaldiçoa a teoria social até hoje, já era alvo da crítica radical de Marx. Os aspectos econômicos, sociais, políticos, ideológicos, históricos etc., por mais que possam ser analisados abstraindo outras determinações, não podem ser reduzidos em si mesmos, pois são dimensões inseparáveis do ser social que, em sua totalidade, apresenta legalidades imperceptíveis se não a partir da própria totalidade. (MANDELLI, 2017, p. 66).

Precisamos nos ater às categorias forças produtivas e relações de produção, chaves fundamentais para o entendimento das relações econômicas. Para compreender as forças produtivas é preciso partir do primeiro pressuposto da história: a produção e reprodução material da existência humana. Somos seres impregnados de necessidades e para satisfazê-las interagimos com a natureza por meio do trabalho. Nesse processo é posto em movimento as forças naturais da corporeidade. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, o homem modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Na produção

capitalista, as forças produtivas vão modificando as relações de produção. Assim,

[...] as diferentes organizações socioeconômicas de produção que caracterizam a história humana surgem ou desaparecem segundo venham a favorecer ou a impedir a expansão da capacidade produtiva da sociedade. O crescimento das forças produtivas explica, assim, o curso geral da história humana. Mas as forças produtivas incluem não apenas os meios de produção (ferramentas, máquinas, fábricas, etc.) mas a força de trabalho - as habilidades, o conhecimento, a experiência e outras faculdades humanas usadas no trabalho. As forças produtivas representam as possibilidades que a sociedade tem à sua disposição para a produção material. (BOTTOMORE, 2001, p. 260)

Forças produtivas correspondem às potencialidades que permitem ao homem transformar a natureza e que se apresentem das mais diferentes formas ao longo da história, desde os mais variados meios de produção, até as formas de organização da produção e os conhecimentos e habilidades dos produtores. Assim, entre as potencialidades de transformação da natureza, ou seja, as forças produtivas, estão aquelas caracterizadas por Marx como sociais, as aplicações da ciência e a cooperação. Tanto as forças produtivas como as relações de produção são aspectos do processo social de produção e desse modo, formam uma unidade. Na sua reprodução, por um lado, as relações de produção reforçam o desenvolvimento das forças produtivas e, por outro lado, o desenvolvimento destas permitem a reprodução ampliada das relações de produção. Mas à medida que ocorre o desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção tornam-se um obstáculo para o próprio desenvolvimento dessas forças, gerando crises no interior do sistema. Assim, a despeito de realizar a tendência de diminuição do tempo de trabalho necessário à reprodução material, o desenvolvimento das forças produtivas não acarreta em uma “melhoria” ou “progresso”, dado seu caráter contraditório.

O que Marx perscrutou, segundo Engels, foi a articulação entre as forças produtivas como base sob as quais se engendram as relações sociais e as ideias a elas correspondentes, bem como as lutas históricas travadas no interior da mesma sociedade. Ao compreender a história como movimento contraditório e luta de classes, Marx entendeu que cabe à historiografia, única ciência efetiva do homem, a descrição das conexões reais entre os eventos e não apenas entre as ideias. A verdade deve ser

demonstrada na prática histórica, mediante o esforço teórico capaz de sintetizá-la em suas múltiplas determinações.

No discurso diante da sepultura, escrito por Engels por ocasião da morte de Marx, em 14 de março de 1883, ele foi referenciado como um homem de ciência, como uma força motriz ou revolucionária. E tal como Darwin havia descoberto a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana. Ora, a lei do desenvolvimento da história implica o fato de que o homem precisa primeiro comer, beber, ter um teto e vestir-se, antes de poder fazer política, ciência, arte e religião. Por conseguinte, o ponto de partida para o pensamento, consiste no entendimento da produção e da subsequente reprodução da vida real, o que corresponde às etapas do desenvolvimento de um povo.

Ao analisar a sociedade capitalista, Marx pretendia possibilitar à humanidade, e ao proletariado em particular, a compreensão das leis que regem a história para, desta forma, poderem lutar e sair do reino da necessidade para o da liberdade. Para Marx, o confronto entre a burguesia e o proletariado era o fator que levaria à desagregação do capitalismo, pois, assim como a burguesia foi a classe revolucionária na transição do feudalismo para o capitalismo, o proletariado constituía-se na classe revolucionária no capitalismo e que lutava pela construção de uma sociedade sem classes. A palavra história, portanto, não está empregada em sentido geral como sinônimo de fato ou acontecimento, mas como uma dimensão que precisa ser compreendida e explicada.

Nos *Manuscritos econômicos e filosóficos*, Marx afirma que o trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e que sua produção cresce em força e extensão na medida em que a desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo das coisas. Eis aí a contradição do capitalismo.

Considerando-se que a sociedade na qual vivemos - quase dois séculos após a formulação do método dialético materialista histórico - permanece estruturada e organizada sob o modo de produção capitalista, pode-se afirmar que esta concepção continua válida para todos aqueles que buscam conhecer a realidade e, acima de tudo, transformá-la, empenhando-se no projeto coletivo de construção de uma sociedade erigida sob novas bases, na qual sejam superadas todas as formas de exploração humana.

E a atualidade do marxismo e das lutas da classe trabalhadora por sua superação é particularmente importante, pois estamos em um período histórico particularmente difícil para o mundo do trabalho. A democracia liberal se encontra reduzida a um caráter formal; a economia de mercado se encontra mundializada e é colocada à frente e acima das políticas sociais de caráter público; a busca pelas soluções individuais, a desideologização do debate político e o avanço do relativismo, do irracionalismo, e das várias vertentes da ultra direita que incluem fascistas, xenófobos e dilapidadores da natureza, entre outros, que se sentem representados por dirigentes nacionais que ascenderam ao poder na onda conservadora e, no caso brasileiro, essas pessoas, expressões de retrógrado histórico, veem-se protegidas e até mesmo incentivadas em suas insanidades. Assim, legitimam e justificam, de forma ativa ou passiva, direta ou indireta, explícita ou implícita, a democracia liberal formal e a economia neoliberal global, arquitetadas do fascismo social e da necropolítica em curso.

É exatamente nesse momento que a célebre afirmação contida no *Manifesto do Partido Comunista* (1848), adquire vital importância, pois:

A história de toda sociedade até os nossos dias é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial, em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta, luta que a cada etapa conduziu a uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou ao aniquilamento das duas classes em confronto [...] A sociedade burguesa moderna, oriunda do esfacelamento da sociedade feudal, não suprimiu a oposição de classes. Limitou-se a substituir as antigas classes por novas classes, por novas formas de luta. O que distingue nossa época - a época da burguesia - é ter simplificado a oposição de classes. Cada vez mais, a sociedade inteira se divide em dois blocos inimigos, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente: a burguesia e o proletariado (MARX e ENGELS, 2007, p. 23-24).

A utopia como um projeto de construção de uma sociedade sem exploração, sem a propriedade privada dos meios de produção, é algo superado ou uma possibilidade? Para essa pergunta há duas respostas radicais. A primeira, nega a possibilidade afirmando existir uma essência (imutável) dos seres humanos que os tornam individualistas. O máximo que se pode almejar é desenvolver o mercado e a democracia para que sejam

mais civilizadas as disputas entre as pessoas. A segunda resposta sobre a possibilidade de superar a exploração existente na sociedade de classes e sob o modo de produção capitalista afirma que não só é possível, como também necessário, para que as pessoas possam plena e efetivamente desenvolver-se como seres humanos, e não como meras mercadorias. Os que assim respondem se negam a admitir uma essência humana independente da história.

Fazer parte do primeiro grupo é admitir o fim da história, tal como fez o cientista político americano Francis Fukuyama no contexto da queda do socialismo na antiga União Soviética e no Leste Europeu, argumentando que a história da humanidade havia chegado ao ápice quanto as grandes transformações socioeconômicas, sendo a democracia liberal o ponto de chegada da longa e incessante busca por uma sociedade racional e livre. Tais declarações obviamente geraram inúmeras discussões e críticas contundentes, as quais permanecem atuais diante do agravamento de problemas sociais e das agressões a natureza, resultantes da forma predadora do modo de produção capitalista onde a financeirização, e o neoliberalismo, arrastam a humanidade para a barbárie. Assim, diante da inexorabilidade desse desfecho, ou da possibilidade de construção de uma sociedade qualitativamente superior, faz-se urgente sabermos distinguir o que é natural e o que é histórico. Partilhamos o entendimento que somos seres que fazemos parte da natureza; entretanto, nossa ação não decorre simplesmente dos nossos instintos, mas são construídas e decididas social e historicamente. Com esse entendimento, pode-se afirmar que, como outros modos históricos da humanidade, transformados e superados por outro mais desenvolvido, também a forma atual de sociedade não é a última forma possível. E como estamos abordando os fundamentos históricos, vejamos novamente o que diz o próprio Saviani a respeito da construção de uma nova sociedade:

[...] no caso da pedagogia histórico-crítica, uma de suas características fundamentais é que ela se posiciona claramente a favor dos interesses dos trabalhadores, isto é, da classe fundamental dominada na sociedade capitalista. Daí, seu caráter de pedagogia contra hegemônica inserindo-se na luta pela transformação da sociedade atual. (SAVIANI, 2013 B, p. 26)

A ação humana produz resultados que possuem sua própria história, que se transforma em direções e sentidos que não podem jamais ser completamente previstos ou controlados, produzindo consequências, gerando possibilidades. Daí porque Marx trabalhava no sentido oposto ao colocado pelo cientista americano e sua pregação do fim da história. A partir das análises empreendidas por Marx, sabemos que no capitalismo o homem deixa de se reconhecer e de se realizar no trabalho, por ser uma atividade externa, que o faz ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, impedindo-o de desenvolver livremente suas energias físicas e mentais, deixando-o fisicamente exausto e mentalmente deprimido. Seria este o estágio final da história para a maioria da espécie humana? O materialismo histórico e dialético mostra que não. No prefácio da primeira edição de *O Capital*, Marx afirma que “a sociedade atual não é um ser petrificado, mas um organismo capaz de mudar, constantemente submetido a processo de transformação”. (MARX, 1975, p. 7).

Retomamos aqui algumas das questões já expostas tendo em vista que, para compreendermos a educação, faz-se necessário situá-la no interior do movimento histórico da sociedade, buscando as raízes do desenvolvimento geral, identificando as particularidades, os momentos de ascensão e declínio nesse processo, com seus respectivos componentes e implicações para o ato educativo, para o fazer pedagógico.

Vimos que o método presente no materialismo histórico, desenvolvido por Marx e Engels, funda-se no modo humano de produção social da existência, estando vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida. Funciona como mediador no processo de entender a estruturação, o desenvolvimento e a transformação dos fenômenos sociais, dos objetos que investigamos e da realidade onde nos movemos.

Na perspectiva materialista e dialética da histórica, Marx e Engels afirmam que o universo e tudo o que nele há tem existência material, concreta, e pode ser racionalmente conhecido e, por conseguinte, o conhecimento produzido objetivamente pelo sujeito, deve ter como meta a reprodução do real, em suas múltiplas determinações. Mas para que isto seja alcançado é preciso ultrapassar o nível da aparência, da superfície imediata das coisas, e atingir a essência e a totalidade. Esta é uma tarefa complexa, porque a realidade apresenta-se como um todo caótico, sendo que através da abstração é possível analisar as partes, reconstruindo o concreto real que está na base de todo o conhecimento. Faz-se necessário partir do dado empírico, factual, buscando entender os processos presentes

nos fenômenos estudados. Isso significa que, inevitavelmente, o sujeito está autoimplicado no objeto. Não há uma relação de exterioridade, há uma relação de autoimplicação, que não é uma relação de identidade, mas uma relação de unidade. Isso significa dizer que deve haver no pesquisador o permanente cuidado com a especificidade (do particular), sem descuidar de suas relações com a totalidade, o que impõe a necessidade de mediação, que é uma categoria teórica central na compreensão dos fenômenos sociais. (PAULO NETTO, 1998, p. 58-60).

É esse o sentido da reflexão lapidar de Marx e Engels, já na Introdução d'*A Ideologia Alemã*: A produção das idéias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens, é a linguagem da vida real. São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, etc., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais que o Ser consciente.

Fica claro, portanto, que para Marx e Engels o pressuposto materialista está presente tanto do ponto de vista ontológico quanto gnosiológico; isto é, a matéria é considerada básica tanto como princípio explicativo do mundo, quanto como ponto de partida para o conhecimento que se constrói sobre ele. Para o materialismo histórico só é possível compreender um determinado fenômeno social em seu processo de transformação. O próprio homem (não isoladamente, mas coletivamente enquanto humanidade) só pode ser entendido como ser social e histórico que, embora determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, é também o criador da realidade social e o transformador desses contextos. A partir deste quadro, esta concepção “[...] sustenta que o conhecimento efetivamente se dá na e pela práxis. A práxis expressa, justamente, a unidade indissolúvel de duas dimensões distintas, diversas no processo de conhecimento: a teoria e a ação. A reflexão teórica sobre a realidade não é uma reflexão diletante, mas uma reflexão em função da ação para transformar (FRIGOTTO, 1991, p. 81).

Ao desenvolver tese de livre docência sobre *Educação e ensino na obra de Marx e Engels*, José Claudinei Lombardi afirma que a educação, assim como o ensino, é determinada, em última instância, pelo modo de produção da vida material; isto é, pela forma pela qual os homens

produzem sua vida material, bem como pelas relações nela implicadas. E prossegue:

[...] para o marxismo, não faz o menor sentido analisar abstratamente a educação, pois essa é apenas uma dimensão da vida dos homens que, tal como qualquer outro aspecto da vida e do mundo existente, se transforma historicamente, acompanhando e articulando-se às transformações por que passa a produção da existência humana. A educação (e nela todo o aparato escolar) não pode ser entendida como uma esfera estanque e separada da vida social, pois está profundamente inserida no contexto em que surge e se desenvolve, também vivenciando e expressando os movimentos contraditórios que emergem dos processos das lutas entre classes e frações de classe. (LOMBARDI, 2011, p. 11)

Como se sabe, Marx e Engels não se preocuparam em analisar especificamente a educação ou o ensino, e muito menos em discutir e propor uma teoria pedagógica. As observações analíticas sobre a educação, o ensino e a qualificação profissional se encontram esparsas no conjunto da vasta obra, geralmente mescladas às críticas a respeito das teorizações e práticas burguesas, no entendimento sobre as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. Assim, deixaram apontamentos suficientes para ampliarmos a compreensão sobre o fenômeno educacional e para desmistificar sua condição supostamente redentora que não deixa de ser, também, legitimadora das desigualdades historicamente construídas.

Especificamente sobre a educação, entendemos que esta é um dos modos de transmitir às novas gerações os saberes produzidos historicamente pela humanidade, com base em conceitos elaborados ao longo da história na relação dos homens entre si e com a natureza, na produção da sua existência. Para Saviani,

[...] o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas de atingir esse objetivo (SAVIANI, 1991, p. 21).

Mais especificamente, Saviani destaca a educação escolar, cuja função é a de mediar a formação dos indivíduos, como processo educativo

intencional, direcionado e planejado, por meio do qual o indivíduo é instigado a se apropriar das formas mais desenvolvidas do saber objetivo elaborado historicamente pelo homem. Isso não significa que a escola deva ignorar o conhecimento cotidiano e popular, mas que o trabalho educativo tem como objetivo superar esse conhecimento cotidiano, fundado no senso comum, buscando alargar a consciência, através do domínio do saber clássico no âmbito da filosofia, da ciência e das artes, como Saviani teorizou quando afirmou que é preciso passar do senso comum para a consciência filosófica.

Se a função da educação escolar é a de transmitir aos filhos dos trabalhadores os saberes dos dominantes, isto é: os conteúdos historicamente produzidos pela humanidade, a finalidade da escola é de garantir que os conhecimentos ultrapassem o pragmatismo da vida cotidiana, possibilitando aos educandos o acesso à produção cultural mais elevada (ou mais desenvolvida) produzida pela humanidade. A escola existe, portanto, para propiciar aquisição dos meios e instrumentos que possibilitem o acesso ao saber elaborado (ciência), preparando os educandos para o próprio acesso aos rendimentos desse saber. No interior da escola é que se realiza o trabalho pedagógico, ancorado no entendimento marxiano de produção não material, como resultado do trabalho, fundamentando-se no Capítulo VI (inédito), do livro *I d'O Capital*:

No caso da produção não material, ainda que esta se efetue exclusivamente para a troca e produza mercadorias, existem duas possibilidades:

- a) O resultado são mercadorias que existem isoladamente em relação ao produtor [...]; por exemplo: livros, quadros, todos os produtos artísticos que se diferenciam da atividade artística do artista executante [...]. A produção capitalista só se aplica aqui em forma muito limitada. Essas pessoas, sempre que não se contratam oficiais etc., na qualidade de escultores etc., comumente (salvo se forem autônomos) trabalham para um capital comercial, como, por exemplo, livreiros, uma relação que constitui apenas uma forma de transição para o modo de produção apenas formalmente capitalista. Que nessas formas de transição a exploração do trabalho alcance um grau superlativo, não altera a essência do problema.
- b) O produto não é separável do ato de produção. Aqui, também, o modo capitalista de produção só tem lugar de maneira limitada, e pela própria natureza da coisa não se dá senão em algumas esferas.

(Necessito do médico, não de seu moleque de recados). Nas instituições de ensino, por exemplo, os docentes podem ser meros assalariados para o empresário da fábrica de conhecimentos. Não se deve considerar o mesmo para o conjunto da produção capitalista. (SAVIANI, 2013a. MARX, 1978, p. 79).

Os fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica, oriundos do materialismo histórico e dialético elaborados por Marx e Engels, e continuado pelos que lutam pela emancipação humana, constituem balizas indicadoras da práxis.

[...] é fundamental que o proletariado se organize enquanto em *classe para si*, isto é, como classe autônoma, capaz de apresentar uma alternativa estrutural à lógica destrutiva do capital - com a *formação de um bloco histórico contra-hegemônico*. Para a construção desse bloco histórico capaz de fazer frente à lógica destrutiva do capital, é necessária a formação massiva de novos homens e novas mulheres com uma nova consciência, que dediquem as suas vidas a transformação da realidade vigente; transformação esta que só pode acontecer por um movimento prático que aponte o horizonte de uma transformação radical no domínio do capital. (MANDELLI, 2017, p. 66).

No que diz respeito ao trabalho do educador, as palavras de Saviani, em outro texto recomendado para o curso, nos reporta que :

[...] a tarefa central dos educadores que se colocam no campo do marxismo implica em um duplo e concomitante movimento: trata-se de empreender a crítica à educação burguesa evidenciando seus mecanismos e desmistificando sua justificação ideológica; ao mesmo tempo, cabe realizar o segundo movimento que implica reorganizar a prática educativa de modo a viabilizar, por parte das camadas dominadas à frente o proletariado, o acesso ao saber elaborado. Esse acesso significa a apropriação dos conteúdos sistematizados dos quais os trabalhadores necessitam para potencializar sua luta em defesa de seus interesses contra a dominação burguesa. É por esse caminho que a ideologia proletária, isto é, a expressão elaborada dos interesses dos trabalhadores poderá se configurar com um poder lógico e uma força política capaz de disputar com a ideologia burguesa a hegemonia da sociedade. Nesse processo a escola desempenha papel fundamental, pois é ela que abre, por meio da alfabetização, as portas da cultura letrada no âmbito da qual se dá a elaboração do sa-

ber e o desenvolvimento do conhecimento científico. Portanto, os educadores que se colocam no campo do marxismo deverão ter clareza de que, se a burguesia se serve do saber elaborado para reforçar sua dominação, isso se deve ao fato de que ela busca se apropriar com exclusividade dessa forma de saber, excluindo dela os trabalhadores. Segue-se, pois, que o saber elaborado é colocado a serviço da burguesia, o que lhe dá a aparência de que se trata do próprio saber burguês. Na medida, porém, em que, pela análise do desenvolvimento histórico propiciado pela teoria marxista, nos damos conta de que o saber elaborado não é inerentemente burguês, mas é produzido pelo conjunto dos homens ao longo da história, nos defrontamos com a seguinte tarefa: desarticular da ideologia burguesa o saber elaborado e rearticulá-lo em torno dos interesses dos trabalhadores. É esse o trabalho que nos cabe desenvolver como educadores, como o têm evidenciado os principais teóricos do marxismo. (SAVIANI, 2009, p. 114-115).

No prefácio que escreveu para o livro *Pedagogia Histórico-Crítica, quadragésimo ano: novas aproximações*, Saviani (2019) registra que “a última década representa, sem dúvida, um grande salto qualitativo e quantitativo na produção coletiva da PHC”. Essa afirmativa se complementa com o que está ocorrendo com este curso de extensão que, em conjunto com a oferta enquanto disciplina por diversos programas de pós-graduação do conjunto de instituições de ensino superior, disponibilizado aos educadores em geral, do qual resulta agora este livro, constitui mais um significativo avanço para a educação brasileira na perspectiva contra hegemônica, fundamental para que seja possível a efetivação desta teoria educacional e sua contribuição para a formação humana omnilateral.

Considerações finais

Finalizamos o presente texto expressando agradecimentos ao Professor Dermeval Saviani e ao coletivo de professores pesquisadores, estudiosos da educação e que estão empenhados nesta relevante tarefa de elaboração de uma teoria educacional e de sua disseminação na forma de prática social emancipadora.

Os fundamentos expostos, como afirmado já no início deste texto, não são dissociados da compreensão de totalidade na qual todas as ciências e a filosofia estão incluídas. Foi apenas um recurso metodológico para a

organização e compartilhamento das aulas com os demais colegas. Impossível não agradecer a oportunidade de poder contribuir com a formação de um contingente expressivo de interessados, notadamente os trabalhadores da educação, em conhecer e colocar em prática as formulações da Pedagogia Histórico-Crítica.

Referências

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

COLARES, Anselmo; ARRUDA, Elenise; COLARES, Maria Lília. **O materialismo histórico dialético aplicado na compreensão do fenômeno educacional**. Cenas Educacionais, v. 4, e11448, p. 1-24, 8 jun. 2021.

ENGELS, Friedrich. Cartas de Engels contra a vulgarização do materialismo histórico. In: **Cultura, Arte e Literatura: Textos Escolhidos / Karl Marx e Friedrich Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LOMBARDI, José Claudinei. **Educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas/SP: Alínea, 2011.

MANDELLI, Bruno. Contribuições Marxistas para teoria da história: A RELAÇÃO ENTRE ESTRUTURA E HISTÓRIA. In: **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 61-67, ago. 2017).

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MARX, Karl. **Capítulo VI (inédito). O Capital, Livro I**, . São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, João Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

ORSO, Paulino José. O novo coronavírus, a pedagogia histórico-crítica, a sociedade de classes e o internacionalismo proletário. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e020048, 2020. DOI: 10.24065/2237-9460.2020v10n1ID1432.

Disponível em:

<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1432>.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas: Autores Associados, 1996.

SAVIANI, Dermeval. Modo de produção e a pedagogia histórico-crítica (Entrevista realizada por Maria de Fátima Rodrigues Pereira e Elza Margarida de Mendonça Peixoto). In: **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 110-116, jun. 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações**. São Paulo : Autores Associados, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas-SP, Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Marxismo, Educação e Pedagogia. In: SAVIANI, D.; DUARTE, N. (Orgs.). **Pedagogia Histórico-Crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012b, p. 59-85.

SAVIANI, Dermeval. **Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Debate sobre as relações entre educação, formação humana e ontologia a partir do método dialético. In: **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 31 n. 1, 185-209, jan./abr. 2013a. Acessível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795X.2013v31n1p185/25654>.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar. In: **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 25-46, dez. 2013 B.